



Números da semana:

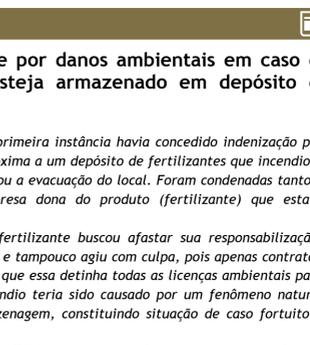
STF:

Recursos distribuídos: 38
Recursos julgados: 63



STJ:

Recursos distribuídos: 144
Recursos julgados: 562



Destaque da semana

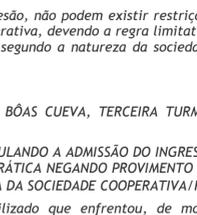
Proprietário de fertilizante responde por danos ambientais em caso de incêndio, mesmo que o produto esteja armazenado em depósito de terceiros

No Poder Judiciário de Santa Catarina, um Juiz de primeira instância havia concedido indenização por dano moral a uma pessoa, que morava numa casa próxima a um depósito de fertilizantes que incendiou, lançando fumaça com resíduos químicos que demandou a evacuação do local. Foram condenadas tanto a empresa proprietária do depósito, quanto a empresa dona do produto (fertilizante) que estava depositado.

Em sede de apelação, a empresa proprietária do fertilizante buscou afastar sua responsabilização, alegando que não teria cometido qualquer ato ilícito e tampouco agiu com culpa, pois apenas contratou a proprietária do armazém, verificando previamente que essa detinha todas as licenças ambientais para operação. Também houve a alegação de que o incêndio teria sido causado por um fenômeno natural imprevisível e incontrolável pela empresa de armazenagem, constituindo situação de caso fortuito e força maior.

Entretanto, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC rejeitou o pedido da empresa proprietária do fertilizante, mantendo a condenação de primeira instância, com o seguinte fundamento: "a responsabilidade civil por danos ambientais, que se escora no princípio do poluidor-pagador, à luz da teoria do risco-proveito, é: a) objetiva, tanto por previsão legal expressa quanto por se tratar de atividade que implica, por sua natureza, risco para os direitos de outrem; b) integral, eis que baseada na teoria do risco integral, ensejando uma reparação de tal ordem, pois expressamente imposta a responsabilização objetiva por todos os seus efeitos, intra e intergeracionais, não admitindo, assim, excluídas de responsabilidade; e c) solidária, se tiver mais de um responsável, direto ou indireto, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado" (TJSC, Apelação n. 0600319-96.2014.8.24.0061, j. 18/07/2016).

Comentário do especialista: "Decisões como a acima indicada explicitam o tripé que vem embasando a formação da jurisprudência dominante em matéria de responsabilidade civil ambiental (objetiva, integral e solidária) e demandam a adoção de cautelas práticas na contratação de terceiros, mesmo em atividades tipicamente relacionadas à cadeia produtiva do agronegócio, como é o caso da armazenagem de produtos (fertilizantes, sementes, grãos, etc.). Por exemplo, é medida bastante aconselhável a inclusão de cláusulas contratuais esclarecendo qual a responsabilidade de cada uma das partes (proprietário do armazém e proprietário da mercadoria depositada) pelo risco ambiental da atividade, de modo a deixar claramente disciplinada a fixação ou o afastamento de eventual direito de regresso entre as partes contratantes, caso haja condenação ao pagamento de indenização a terceiros em decorrência de dano ambiental provocado por algum acidente ocorrido nas instalações de armazenagem."



Leonardo Papp
Consultor Jurídico da OCB nas questões de Direito Ambiental

Principais decisões

Superior Tribunal de Justiça—STJ

Assunto: Ausência de violação ao princípio da porta aberta quando a negativa de ingresso de associado estiver baseada no não preenchimento dos requisitos do estatuto e qualificação necessária ao exercício da profissão.



DECISÃO: (...) Quanto ao mais, esta Corte Superior tem, de fato, o entendimento de que a sociedade cooperativa não pode vedar o ingresso em seus quadros de profissional que atenda aos seus estatutos e preencha a qualificação necessária ao exercício da profissão, salvo impossibilidade técnica da prestação do serviço, o que atende ao chamado princípio da porta aberta.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO (UNIMED). INGRESSO DE NOVO ASSOCIADO. RECUSA. EXIGÊNCIA DE APROVAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO E REALIZAÇÃO DE CURSO. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA PORTA ABERTA (LIVRE ADEÇÃO).

1. O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade sendo, em regra, ilimitado o número de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços (arts. 4º, I, e 29 da Lei nº 5.764/1971).

Incidência do princípio da livre adesão voluntária.

2. Pelo princípio da porta-aberta, conseqüência do princípio da livre adesão, não podem existir restrições arbitrárias e discriminatórias à livre entrada de novo membro na cooperativa, devendo a regra limitativa da impossibilidade técnica de prestação de serviços ser interpretada segundo a natureza da sociedade cooperativa.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos Ecln no AREsp 667.072/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - DECISÃO POSTULANDO A ADMISSÃO DO INGRESSO DE NOVOS MÉDICOS NOS QUADROS DA COOPERATIVA - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO, MANTIDA A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DA SOCIEDADE COOPERATIVA/RÉ.

1. Violação do artigo 535 do CPC não configurada. Acórdão hostilizado que enfrentou, de modo fundamentado, todos os aspectos essenciais à resolução da lide.

2. Incidência da Súmula 831/STJ. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que, à luz do princípio da adesão livre e voluntária que rege o sistema cooperativista (artigo 4º, inciso I, da Lei 5.764/71), não pode ser vedado o ingresso, nos quadros da sociedade cooperativa, àqueles que preencham as condições estatutárias, revelando-se ilimitado o número de associados, salvo demonstrada a impossibilidade técnica de prestação de serviços. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido, com aplicação de multa.

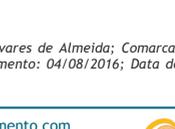
(AgRg no AREsp 425.272/CE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/04/2014, DJe 15/04/2014)

Não é essa, todavia, a hipótese revelada nos autos.

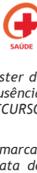
Diz-se isso porque o Tribunal estadual consagrou que o "pedido de ingresso do autor ao quadro de cooperados foi indeferido pela ré mediante os argumentos enfocados na peça defensiva e agora repetidos no apelo: O autor teve seu nome citado em processo administrativo e disciplinar instaurado pela ré e dirigido contra médico cooperado, o qual teria agido em parceria com o autor, laborando de forma fraudulenta, apresentando conduta inadequada de acordo com provas apuradas na esfera administrativa. Como se vê dos argumentos que amparam as razões do apelo da ré, a recusa em aceitar o autor em seu quadro se fundamenta no fato de não ter este cumprido as exigências regimentais para o ingresso no quadro social da sociedade cooperativa" (e-STJ, fl. 597).

(...)

(ARESP 218.637/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 04/08/2016)

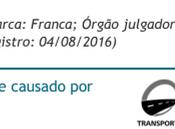


Assunto: Inexistência de dano moral quando a negativa de cobertura pelo plano de saúde decorrer de dúvida razoável na interpretação de cláusula contratual.

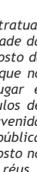


AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. INTERPRETAÇÃO CONTRATUAL. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. REEXAME. SÚMULA Nº 71/STJ. 1. É possível afastar a presunção de dano moral na hipótese em que a recusa de cobertura pelo plano de saúde decorre de dúvida razoável na interpretação de cláusula contratual. 2. Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca da inexistência de danos morais demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em recurso especial, nos termos da Súmula nº 71/STJ. 3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 846.940/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 01/08/2016)

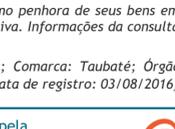


Assunto: Validade da garantia prestada por terceiro, pessoa física, em Cédula de Crédito Rural emitida também por pessoa física.



RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. AVAL PRESTADO POR PESSOA FÍSICA. VALIDADE. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. É válida a garantia prestada por terceiro, pessoa física, em Cédula de Crédito Rural emitida também por pessoa física, uma vez que a proibição do art. 60, § 3º, do Decreto-Lei n. 1671/1967, não se refere ao caput (Cédulas de Crédito Rural), mas apenas ao § 2º (Nota Promissória e Duplicata Rurais). 2. Recurso especial não provido.

(REsp 1.509.325/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 01/08/2016)



Giro nos Tribunais Estaduais

Assunto: Necessidade de comprovação, pelo embargante, do valor discriminado quando se alegar excesso de execução.



EMBARGOS À EXECUÇÃO - NOTA PROMISSÓRIA - CRIAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE CONTRATO DE MÚTUO - PREENCHIMENTO POSTERIOR DO TÍTULO - ADMISSIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 387 DO STF - LIQUIDEZ - VALOR DA CARTULA QUE REPRESENTA AS PRESTAÇÕES INADIMPLIDAS.

EXCESSO DE EXECUÇÃO - NÃO DISCRIMINAÇÃO NA INICIAL DO VALOR ENTENDIDO COMO CORRETO - AUSÊNCIA DA MEMÓRIA DO CÁLCULO - INOBSERVÂNCIA DO ART. 739-A, § 5º, DO CPC/1973, CORRELATO AO ART. 917 DO NCPC - ÔNUS DA PROVA -- DESCUMPRIMENTO DO ART. 333, I, CPC/1973, ATUAL ART. 373, I, DO CPC.

APELO DO EMBARGANTE NÃO PROVIDO.

(TJSP - Apelação 0011272-53.2012.8.26.0007 - Relator(a): Antonio Luiz Tavares de Almeida; Comarca: São Paulo; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 04/08/2016; Data de registro: 05/08/2016)

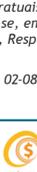
Assunto: Possibilidade de compensação do saldo devedor de financiamento com capital integralizado, desde que previsto em estatuto.



AÇÃO MONITÓRIA - Embargos monitorios - Contrato de Mútuo - Capitalização de Juros - Contrato que traz especificados os juros e encargos moratórios a serem cobrados - MP nº 2170-36/01 - Instituições financeiras não estão sujeitas aos limites quanto à cobrança de juros - Súmula 121 do STF - Tabela Price - Adoção possível - Juros são pagos ao longo do período, antes da periodicidade mínima de capitalização - Pretensão à confecção de planilha de composição do saldo devedor - Impossibilidade - Não é documento comum às partes - Pretensão à compensação do saldo devedor com o capital integralizado como acolhera - Possibilidade expressa no Estatuto - Recurso parcialmente provido.

(TJSP - Relator(a): Aparelia Alesina; Comarca: São José dos Campos; Órgão Julgador: 38ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 03/08/2016; Data de registro: 05/08/2016)

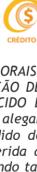
Assunto: Inexistência de nulidade de hasta pública quando a intimação para a sua realização for efetivada em nome dos advogados regularmente constituídos.



EMBARGOS À ARREMAÇÃO - Arguições de falta de intimação pessoal do coexecutado Cláudio Roberto Pagani acerca da realização da hasta pública, arrematação do bem por preço vil e penhora indevida sobre a integralidade do bem - Ciência inequívoca do coexecutado acerca da hasta pública que se realizou - Intimação dos patronos pela imprensa oficial - Inteligência do artigo 687, §5º, do CPC - Inocorrência de preço vil - Discussão acerca da penhora realizada, ademais, preclusa - Praceamento de 50% do imóvel tão somente - Improcedência mantida - Recurso improvido.

(TJSP - Apelação 0009739-28.2013.8.26.0297 - Relator(a): Correia Lima; Comarca: Jales; Órgão Julgador: 20ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 01/08/2016; Data de registro: 04/08/2016)

Assunto: Inexistência de urgência questionada não fundamentar uma tutela provisória quando o reajuste do plano de saúde apertado não for atual.



AGRAVO DE INSTRUMENTO - Decisão interlocutória que deferiu tutela provisória para a ré se abster de cobrar os reajustes vinculados à taxa de inflação - Elevação aplicada em passado longínquo/2013 - Ausência de requisitos autorizadores para a concessão da tutela de urgência - Revogação da medida - RECURSO PROVIDO.

(TJSP - Agravo de Instrumento 2097338-81.2016.8.26.0000 - Relator(a): Ana Maria Baldy; Comarca: Jundiaí; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 04/08/2016; Data de registro: 04/08/2016)

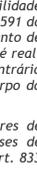
Assunto: Inexistência do dever de indenizar cliente que opta por realizar cirurgia por conta própria.



EMENTA - PLANO DE SAÚDE - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO - Demanda que busca o ressarcimento de valor adimplido pela autora, para colocação de stent farmacológico, além de indenização por danos morais - Decreto de improcedência - Hipótese em que a autora, confesadamente, preferiu realizar a cirurgia às próprias expensas, ao invés de solicitar prévia autorização para cobertura da ré - Urgência não verificada, conforme relatório médico acostado aos autos - Prazo de cinco dias para autorização que sequer há sido aguardado, preferindo a autora, no entanto, realizar a cirurgia - Situação em que poder há falar em recusa, diante da ausência de pedido de autorização perante a seguradora - Cobertura indevida - Ato ilícito configurado (o que afasta a pretensão reparatória a título de danos morais) - Sentença mantida - Recurso improvido.

(TJSP - Apelação 1001441-37.2016.8.26.0196 - Relator(a): Salles Rossi; Comarca: Franca; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 04/08/2016; Data de registro: 04/08/2016)

Assunto: Inexistência de responsabilidade da cooperativa por acidente causado por vítima que realiza travessia de via pública em local inapropriado.



Acidente de Trânsito. Serviço público para danos materiais e morais - Responsabilidade Civil Extracontratual de Permissão de Serviço Público pautada pela Teoria do Risco Administrativo. Inadmissibilidade da responsabilização objetiva - Dinâmica do acidente que indica a regularidade da conduta do preposto da cooperativa de transportes, na direção do coletivo - Junção Probatório não deixa dúvida de que no local em que ocorreu o acidente não havia faixa de pedestres, justamente porque o lugar é absolutamente inapropriado para travessias. Trata-se de trecho destinado a manobra de veículos de grande porte, nas imediações de terminal de transporte coletivo, inserido na parte central de via pública em local inapropriado para travessias. Colocando sua vida em risco. Descumprimento ao quanto disposto no art. 69, inc. III, "a", do CTB - Culpa exclusiva da vítima. - Exclui a responsabilidade dos réus - Sentença mantida - Recurso improvido.

(TJSP - Apelação 0604418-33.2008.8.26.0007 - Relator(a): Neto Barbosa Ferreira; Comarca: São Paulo; Órgão Julgador: 29ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 03/08/2016; Data de registro: 04/08/2016)

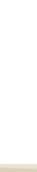
Assunto: Inexistência de responsabilidade da cooperativa pela penhora de bens de uso-cooperado.



Cooperativa. Pedidos de exclusão do quadro social e indenização. Sentença de extinção e improcedência dos pedidos. Inconformismo do autor. Manutenção da sentença por seus próprios fundamentos (art. 252 RITJSP). Autor não mais figura como conselheiro fiscal da ré. Fato de constar o nome do autor na consulta simplificada da ré junto à Jucesp não é atribuível à ré, assim como penhora de seus bens em ação de execução interposta após sua exclusão do quadro social da cooperativa. Informações da consulta simplificada de responsabilidade da Jucesp. Recurso provido.

(TJSP - Apelação 0013447-72.2013.8.26.0625 - Relator(a): Piva Rodrigues; Comarca: Taubaté; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 02/08/2016; Data de registro: 03/08/2016)

Assunto: Inexistência de dano moral quando a negativa de cobertura pela operadora do plano de saúde não causar prejuízo ou agravamento do estado clínico do paciente.



APELAÇÃO. AÇÃO COMINATÓRIA E INDENIZATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. DANO MORAL. Inocorrência. Inadimplência contratual que não causou especial prejuízo à paciente, ou agravamento do seu estado de saúde, sequer dor física. Ausência de provas, ademais, da efetiva da recusa do tratamento no Instituto Hemomed, credenciado à rede de atendimento das apeladas. Ônus que incumbia à apelante, nos termos do art. 333, I, do CPC/73. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO.

(TJSP - Apelação 1000102-15.2015.8.26.0152 - Relator(a): Rosângela Telles; Comarca: Cotia; Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 01/08/2016; Data de registro: 01/08/2016)

Assunto: Inexistência de responsabilidade da cooperativa por sinistro não coberto por culpa exclusiva do cooperado.

APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE CARGA. COOPERADO QUE SE ENVOLVE EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. RECUSA DA COOPERATIVA EM ABRIR COM OS GASTOS DE CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO. AUSÊNCIA DE PROVA ACERCA DA RESPONSABILIDADE DO ENTE COLETIVO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO DE SEGURO EM PROL DO COOPERADO. A cooperativa não responde por prejuízos advindos de sinistro não coberto por culpa exclusiva do cooperado, mormente quando não existe prova da contratação de seguro a favor do autor, bem como do reconhecimento de conduta omissiva atribuível à ré quanto ao dever de contratar ou manter sob regular vigência referido ajuste securitário.

(TJMG - Apelação Cível 1.0105.10.002638-1/002, Rel.(a) Cláudia Maia, 14ª CÂMARA CÍVEL, Julgamento em 28/07/2016, publicação da súmula em 05/08/2016)

Assunto: Inaplicabilidade de normas trabalhista na relação entre cooperado e cooperativa de extração de carvão mineral.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. RELAÇÃO ENTRE COOPERADO E COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DO AUTOR EX-COOPERADO. PEDIDO PELA ANÁLISE E CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PAGAMENTO DAS HORAS-EXTRAS. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE AS PARTES. PRECEDENTE. ART. 442, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS VIGENTE À ÉPOCA. NÃO APLICAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS. SITUAÇÃO QUE DEVE OBSERVAR O CÓDIGO CIVIL, REGIMENTO INTERNO E ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA. INEXISTÊNCIA DE PREVENÇÃO AO DIREITO DE PAGAMENTO REFERENTE À ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE DEIXOU DE ANALISAR ESTE PEDIDO, TENDO EM VISTA A AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO ENTRE AS PARTES. HORAS-EXTRAS. CONTRACHEQUE DE COOPERADO QUE DEMONSTRA QUE RECEBEU PAGAMENTO DE VALORES RELATIVOS A JORNADAS EXTRAORDINÁRIAS, CONFORME PREVISTO NO REGIMENTO INTERNO. VALOR QUE NÃO OBEDECE NECESSARIAMENTE O DISPOSTO NO ART. 7º, INC. XVI, DA CF/88, PORQUANTO AUSENTE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ENTENDIMENTO EMANADO DE ACORDO COM ESTA EGREGIA CORTE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJSC, Apelação n. 0000198-93.2014.8.24.0166, de Foz de Itaipópolis, rel. Des. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, j. 04-08-2016).

Assunto: Inexistência de dano moral quando a negativa de cobertura pela operadora do plano de saúde não causar prejuízo ou agravamento do estado clínico do paciente.

CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. SUSCITADA EM CONTRARRAZÕES A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INSUBSISTÊNCIA. OBSERVAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 1.010, II E III, DO CPC/2015. PRELIMINAR AFASTADA. PLANO DE SAÚDE. RELAÇÃO CONTRATUAL INCONTESTE. AUTOR QUE APRESENTA DIAGNÓSTICO DE CÂNCER DE BEXIGA. NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO CLÍNICA POR MEIO DO EXAME PET/CT SCAN. NEGATIVA DE COBERTURA DA COOPERATIVA RÊ PAUTADA UNICAMENTE NA ALEGAÇÃO DE NÃO PREENCHIMENTO DAS DIRETRIZES DA ANS. INSUBSISTÊNCIA. OBRIGATORIEDADE DA RÉ DE FORNECER AO AUTOR OS EXAMES DESSA NATUREZA, CONFORME PRESCRITO PELO MÉDICO COOPERADO. CONTRATO ENTABULADO ENTRE AS PARTES QUE PREVÊ COBERTURA PARA EXAMES ONCOLÓGICOS. ROL DA ANS APENAS EXEMPLIFICATIVO. DEVER DE COBERTURA INCONTESTE. REEMBOLSO DO VALOR GASTO COM O EXAME NA VIA PARTICULAR QUE É DEVER DA APELANTE. INCONFORMISMO QUANTO À CONDENADAÇÃO DA RÉ AO PAGAMENTO DE DANOS MORAIS. SUBSISTÊNCIA. ABALO MORAL INEXISTENTE EM DECORRÊNCIA DA NEGATIVA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. MERO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. LIMINAR DEFERIDA LOGO APÓS O AJUIZAMENTO DA DEMANDA. EXAME REALIZADO MESMO COM A NEGATIVA DE COBERTURA PELO PLANO DE SAÚDE. NÃO-VERIFICAÇÃO DE PREJUÍZO OU AGRAVAMENTO DO ESTADO CLÍNICO DO AUTOR. ABALO PSICOLÓGICO NÃO COMPROVADO. REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 5º, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NOS ARTIGOS. 186 E 927 DO CÓDIGO CIVIL NÃO ENVIDENCIADOS. ÔNUS PROBATÓRIO QUE INCUMBA AO AUTOR. APLICAÇÃO DO ART. 333, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA RECONHECIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. "O inadimplimento do contrato, por si só, pode acarretar danos materiais e indenização por perdas e danos, mas, em regra, não dá margem ao dano moral, que pressupõe ofensa anormal à personalidade. A ausência a inobservância das cláusulas contratuais por uma das partes possa trazer desconforto ao outro contratante - e normalmente o traz - (STJ, Resp. n.º 202.654/RJ, Min. Salvío de Figueiredo Teixeira).

(TJSC, Apelação n. 0019813-92.2013.8.24.0008, de Blumenau, rel. Des. Marcus Tulio Sartorato, j. 02-08-2016).

Assunto: Afastamento da proteção legal prevista na Lei nº 8.009/1990 (impenhorabilidade do bem de família) quando a cédula de crédito garantida pelo imóvel for subscrita pelo devedor e seu cônjuge.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ACORDO HOMOLOGADO EM EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO COM GARANTIA HIPOTECÁRIA. DECISÃO QUE ACOLHE EM PARTE A IMPUGNAÇÃO PARA LIMITAR A PENHORA À PARCELA NÃO RESIDENCIAL DO IMÓVEL OFERTADO EM GARANTIA. IRRESIGNAÇÃO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO EXEQUENTE. IMÓVEL PENHORADO QUE FOI OFERECIDO EM GARANTIA HIPOTECÁRIA AO DÉBITO EXEQUENDO. DÍVIDA CONTRÁRIA DO EMITENTE DA CÉDULA DE CRÉDITO E SUBSCRITA TAMBÉM PELO CÔNJUGE, O QUAL INTEGROU A OBRIGAÇÃO NA CONDENAÇÃO DE AVALISTA. PRESUNÇÃO DA REVERSÃO DO PRODUTO EM BENEFÍCIO DA ENTIDADE FAMILIAR. RENÚNCIA À PROTEÇÃO LEGAL CONFERIDA PELA LEI N. 8.009/1990. EXCESSO DO ART. 3º, INC. V, DO NORMATIVO. VALIDADE DA CONSCRIÇÃO DA TOTALIDADE DO BEM. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJSC - Agravo de Instrumento n. 0152746-82.2015.8.24.0000, de Itaipópolis, rel. Des. Altamiro de Oliveira, j. 02-08-2016).

Assunto: Impossibilidade de pleito por danos morais em sede de embargos à execução.

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PEDIDO DE CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. EXECUÇÃO DE QUANTIA PAGA NO CURSO DA DEMANDA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 940 CC. M.A-FÉ. NÃO CONFIGURADA. IMPRESCINDIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. Tratando-se de embargos à execução, o embargante somente pode alegar as condições elencadas no art. 917 do CPC/15, motivo pelo qual, torna-se inadequado o pedido de condenação do apelante ao pagamento de indenização por danos morais. Para que seja deferida a devolução em dobro, necessária se faz de má-fé do devedor em cobrar quantia já quitada. Inexistindo tal prova, impõe-se o deferimento da repetição do crédito. Sentença reformada. Recurso conhecido e provido.

(TJAL - 0705224-19.2015.8.02.0001, Rel. Des. CELYRIO ADAMASTOR TENÓRIO ACCIOLY, Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível, Data do Julgamento: 04/08/2016; Data do Registro: 05/08/2016)

Assunto: Impossibilidade da cumulação entre demandas de prestação de contas e revisão de cláusulas contratuais de financiamento.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CUMULAÇÃO COM REVISÃO CONTRATUAL. IMPOSSIBILIDADE. EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL NENSA FASE PROCESSUAL. INVIABILIDADE.

1. No caso, a exordial não é clara quanto às pretensões deduzidas, entretanto verifica-se que o apelante busca, após a exibição das contas, discutir os índices aplicados no contrato financeiro, especificamente a cobrança de juros capitalizados mensalmente.

2. Não é possível a cumulação entre demandas de prestação de contas e de revisão de cláusulas contratuais, haja vista a diversidade dos procedimentos envolvidos.

3. Inviável a determinação de emenda da petição inicial nessa fase processual, em que já houve citação e manifestação da parte contrária.

(TJBA - Classe: Apelação, Número do Processo: 0012295-62.2010.8.05.0080, Relator(a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 03/08/2016)

Assunto: Inexistência de vedação à penhora de valores pagos a título de subsídio relacionado ao transporte de PLE - Passe Livre Estudantil e de PNE - Portadores de Necessidade Especial.

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PORTATARETE. EXCLUSÃO DE PENHORA SOBRE SUBSÍDIO RELACIONADO AO TRANSPORTE DE ESTUDANTES E PORTADORES DE NECESSIDADE ESPECIAL. PEDIDO DE LIMITAÇÃO AO FATURAMENTO DA COOPERATIVA SEM TAIS REPASSES. INEXISTÊNCIA DE IMPENHORABILIDADE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. LIMINAR INDEFERIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Agravo de instrumento, com pedido de liminar, contra decisão que indefere pedido de limitação da constrição judicial somente sobre faturamento da Cooperativa, excluindo-se da penhora os valores pagos a título de subsídio relacionado ao transporte de PLE - Passe Livre Estudantil e de PNE - Portadores de Necessidade Especial.

2. A impenhorabilidade, por ser uma exceção, exige interpretação restritiva. Inclusive, o art. 832 do CPC de 2015 (art. 648 CPC/73), prevê que "não estão sujeitos à execução os bens que a lei considera impenhoráveis ou inalienáveis", cujo rol se encontra no art. 833 do mesmo diploma legal.

2.1. Somente a lei poderá declarar quais exceções podem ser opostas diante da responsabilidade patrimonial do devedor, porquanto nos termos do art. 789 do CPC de 2015 (que substituiu o art. 591 do CPC de 1973), "o devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei". 2.2. Aliás, não se olvide que a execução é real, e nunca pessoal, em razão de incidir sobre bens do executado, para a satisfação da dívida, ao contrário do que ocorria nos primórdios, na antiga Lei das XX Títulos, quando seria possível dividir o corpo do devedor em tantos pedaços quanto sejam os credores.

3. Na hipótese dos autos, os repasses a título de recebíveis de passagens de PNE (Portadores de Necessidades Especiais) e PLE (Passe Livre Estudantil) não configuram nenhuma das hipóteses de impenhorabilidade previstas no art. 649 do CPC de 1973 (vigente à época da decisão) e nem no art. 833 do CPC de 2015 (atualmente aplicável).

4. A Lei Distrital nº 4.582/11, além de não ter previsto qualquer hipótese de impenhorabilidade, não o poderia ter feito, porque, segundo o art. 22, I, da CF, é competência privativa da União legislar sobre direito processual.

5. O simples fato de Lei Distrital determinar que a verba a título de passagens dos PNE 'S e PLE 'S deve ser repassada exclusivamente para pagamento dos salários dos funcionários não a torna impenhorável.

6. Precedentes desta Corte: "[...] 1. Correta a decisão que determina a penhora de 50% dos repasses recebidos pelos executados do Distrito Federal relativos ao transporte coletivo dos portadores de passe livre (PNE/PLE) porque observa os princípios da celeridade e eficácia do procedimento executivo. 2. Observância dos artigos 655 e 655-A do CPC, tendo em vista que penhora recairá sobre dinheiro dos devedores. [...] (20150020207874AGI, Relator: Sérgio Rocha, 4ª Turma Cível, DJE: 05/11/2015).